

A EFICÁCIA SIMBÓLICA DA MEMÓRIA E SEUS LIMITES*

Irllys Barreira

Após o assassinato do prefeito de Acaraú, em 1998, a divisão entre familiares acionou a emergência de facções, tornando as eleições um tempo significativo de explicitação de conflitos e rememoração do ocorrido.¹ As alusões ao fato, fundamentadas em acusações e reações

* As reflexões deste artigo basearam-se em investigação desenvolvida no âmbito do Pronex (UFRJ/UFC), denominado “Uma antropologia da política: rituais, violência, representações”. O trabalho de campo contou com o apoio substantivo de Danyelle Nilin Gonçalves e José Élcio Batista, alunos de Programa de Pós-graduação em Sociologia da UFC. Discussões com Beatriz Herédia (UFRJ) no momento da redação do texto que seria apresentado à Anpocs foram importantes para o desenvolvimento das idéias aqui presentes.

*Artigo recebido em novembro/2005
Aprovado em novembro/2006*

de defesa, tornavam cada momento eleitoral uma espécie de ajuste de contas.

A pesquisa sobre o conhecido “caso Acaraú”, conforme expressão da imprensa, que dá subsídios ao presente texto, iniciou-se com base no registro de uma campanha de denúncia realizada na cidade de Fortaleza, por familiares da vítima, envolvendo instituições jurídicas e a Assembléia Legislativa. A coleta de dados, fundamentada em entrevistas, observações de eventos, publicações e notícias de jornais, enfatizou a eclosão dos sentimentos no espaço público e o processo de legitimação da denúncia, efetivado com base na divisão de papéis familiares.²

A campanha pela justiça e contra a violência organizada por parentes da vítima introduziu uma articulação complexa entre espaço público, espaço privado e política, relativizando as formas habituais de separação, na literatura sociológica, de aspectos expressivos do mundo social

que, na prática, estão conectados. Refiro-me ao entrelaçamento das perdas familiares com as denúncias no espaço público, momento em que os papéis tradicionais de pai, viúva e filha foram reforçados, rompendo a percepção dos sentimentos familiares como parte das atribuições habituais e exclusivas da instância privada.

Foi justamente a mobilização e a pressão da opinião pública presentes nas ruas de Fortaleza, na Assembléia Legislativa e na imprensa que atribuíram significados políticos à decisão sobre a quebra da imunidade do parlamentar, deputado estadual acusado de participação no crime. Ressalte-se que a singularidade da campanha “pela justiça e contra a violência” esteve no trabalho realizado com distintos suportes de sociabilidade: no âmbito público, no circuito das conversas e nas formas de persuasão vigentes no plano pessoal.

As investigações de pesquisa sobre os nexos entre política e família prosseguiram no contexto das campanhas eleitorais de Acaraú. Lá, pude perceber que os conflitos familiares latentes, intercalados por acertos internos, foram explicitados e radicalizados após o assassinato do prefeito. A posterior divisão familiar, baseada formalmente na crença ou descrença sobre a autoria do crime, fez com que “cada lado” se posicionasse, refazendo a genealogia simbólica constituída, anteriormente, sob o princípio da unidade.

As campanhas eleitorais no município de Acaraú, ocorridas após o assassinato do prefeito, representaram o ápice público das dissensões familiares. Espécie de ato inaugural de inscrição de facções familiares no cenário político, as campanhas reeditavam, de forma espetacular, a arena dos conflitos. Os ressentimentos, transformados em retóricas da denúncia, afirmavam, de modo contundente, o velho sentido da política como a “guerra por outros meios”.

Os símbolos da paz, os apelos aos sentimentos e os discursos de denunciadores transferiram o ponto de honra para o lugar do resarcimento moral, mediante a vitória nos pleitos eleitorais. A substituição ou o recalque de um provável método violento de revide, por uma estratégia de eliminação simbólica do adversário, por meio da derrota eleitoral, permitiu tanto a existência de uma trégua como a sobrevi-

vência política da facção familiar representada pela viúva-candidata.

Pensar a memória do ocorrido como denúncia estratégica de campanha eleitoral supõe a capacidade de promover crenças e adesões a causas sentidas como coletivas. Na situação de Acaraú, as retóricas da denúncia tinham por objetivo a obtenção de crédito simbólico, tal como foi percebido por Boltanski (1984) em lutas pela honra, nas quais o reconhecimento da vítima por outros está condicionado à diminuição do crédito do responsável pela injustiça ou violência. A delação pública, funcionaria, assim, como espécie de homicídio civil.

Após a morte do prefeito, a viúva Magda Gomes foi eleita duas vezes, utilizando fortemente a retórica acusativa, baseada na rememoração do assassinato, como móvel de campanha eleitoral.³ No pleito de 2004, a estratégia de difusão do crime, acompanhada de crítica à impunidade, foi mais uma vez utilizada como emblema de campanha, acrescida, porém, de um novo argumento que afirmava a necessidade de ultrapassar as desavenças familiares em nome do “bem do município”. “Superar a briga entre famílias” aparecia agora como exaltação ao “novo”, retirando a denúncia do assassinato do centro da plataforma da campanha. Se as evocações ao assassinato nunca deixaram de ocupar o cenário eleitoral local, a mudança de foco esteve na introdução de uma dimensão propositiva temporal. Era preciso pensar “o futuro do município” para além das contendidas familiares.

A vitória do candidato da oposição, Manuel Duca da Silveira, considerado pela família da vítima o principal mandante do crime, pôs em questão os limites da eficácia simbólica da memória como estratégia de campanha. Outras formas de apresentar os antagonismos familiares e acionar princípios de pertencimento foram empregadas no contexto da política municipal.

O presente texto explorará, com base na noção de eficácia simbólica da memória, a apresentação e a encenação dos conflitos familiares no espaço público durante as eleições municipais de 2004, ocorridas no município de Acaraú. As observações voltam-se para os mecanismos de construção da imagem dos candidatos, a difusão de valores morais e os sentidos da polí-

tica revelados durante a campanha. Os conflitos familiares e as disputas políticas no município cearense de Acaraú dão subsídios para se entender o tema da eficácia simbólica da memória, suas apropriações e limites.

O tema da conversão da memória em emblema de campanha será tratado a seguir, verificando o papel da retórica da denúncia em diferentes pleitos eleitorais municipais.

Campanhas políticas como forma de rememoração da tragédia

As alusões diretas e indiretas ao assassinato do prefeito serviram tanto de referência a várias campanhas eleitorais, como acionaram movimentos de natureza jurídica, nos quais a divisão entre *vítimas* e *culpados* era afirmada. Os eleitores, transformados em “tribuna popular”, tornavam seu voto uma adesão à causa vista como reforço de valores éticos e morais alusivos à história do município. Nos dois processos eleitorais que sucederam ao término prematuro da gestão municipal de João Jaime, as referências ao ex-prefeito explicitavam-se em discursos proferidos em comícios e em músicas de campanha contendo evocações ao crime político. Denúncias de ameaças encaminhadas à justiça eleitoral, provenientes das alas familiares em disputa, tornavam também o setor jurídico um lugar de intermediação entre as facções.

Uma rápida retrospectiva dos últimos pleitos eleitorais ocorridos em Acaraú faz-se necessária para a reconstituição dos vários momentos de explicitação dos conflitos no cenário político municipal. Após a efêmera gestão do vice-prefeito, acusado na justiça como um dos mentores crime, um interventor nomeado pelo governo do Estado assume, durante seis meses, a tarefa de “acalmar os ânimos” e dar início à abertura de novo processo eleitoral. O vice-prefeito assumiu durante poucos dias a vacância do cargo, renunciando após incriminação jurídica de suspeita de ser um dos mandantes do crime.

A primeira campanha eleitoral que sucedeu à morte de João Jaime caracterizou-se pela rememoração forte do acontecimento, tornan-

do a viúva uma candidata considerada natural, pela suposta capacidade de dar prosseguimento à gestão do marido. Em 1999, período excepcional de ocorrência de eleições municipais, a esposa da vítima eleita para o Executivo municipal afirmava em discurso de posse que era sua principal pretensão “dar continuidade à obra do marido”, justificando seu papel como missão mais moral do que política. Enfrentou-se, nesse momento, Magda Gomes, com uma candidata apoiada pelos parentes acusados que havia concorrido, em disputa acirrada, com João Jaime no pleito eleitoral anterior.

As expressões públicas da campanha eram, nessa ocasião, espécies de rituais de luto, sendo as reuniões e os comícios momentos expressivos de narrativas da tragédia e demanda de adesão popular aos princípios de justiça. Nas eleições seguintes, efetivadas no ano de 2000,⁴ Magda Gomes, novamente candidata-se, assumindo a missão de “não deixar que eles entrassem na cidade”. Seu principal opositor era um dos primos acusados de co-autoria intelectual do crime. A estrutura das oposições conformava-se em dois lados radicais, referências a partir das quais se avaliava a história política de Acaraú. História já conhecida a ponto de servir de matéria para o programa Linha Direta, da TV Globo, que nesse momento iniciou as filmagens do “caso”, tendo em vista reconstituir a “história política de Acaraú”. O registro televisivo, no momento em que as campanhas dos candidatos estavam em fase final, era um ingrediente a mais na tensão que caracterizava a disputa entre as facções familiares.

A estratégia eleitoral mais eficaz consistiu na tentativa vitoriosa de impugnação, por parte da prefeita, da candidatura de Aníbal Gomes. Na condição de irmão do prefeito Amadeus Gomes, que assumiu o cargo após a morte do chefe do Executivo, por curto período de tempo, era legalmente impedido de candidatar-se tendo em vista as regras da justiça eleitoral.

Uma série de apelações, no âmbito do setor jurídico, referente à impugnação da candidatura de oposição à prefeita, acompanhada de vitórias e recorrências legais, permeou todo processo eleitoral. Outras disputas jurídicas também eclodiram. Entre elas destacava-se a música de campanha de Magda Gomes (PSD) nar-

rando a morte do prefeito, faixas contendo referências acusatórias aos opositores nomeados de “assassinos” e diversos mecanismos de embate circunscritos ao “não esquecimento do crime”. Outros rituais expressivos de competição ocorriam nas caminhadas, momento em que a proximidade espacial das candidaturas rivais oportunizavam o acirramento de ânimos, potencializando revides não apenas verbais.

Os *slogans* de campanha e os eventos pela paz eram também uma das formas de enunciação expressiva dos embates familiares traduzidos para o plano da linguagem eleitoral. Os comícios constituíam oportunidades de demonstração pública dos enfrentamentos, movidos fundamentalmente por uma ritualidade denunciativa, exemplificando plenamente a idéia de drama presente em todo processo ritual (Turner, 1974). Nesse momento, a retórica dos candidatos à legislatura municipal era uma narrativa do “ocorrido”, expressando a relação simbiótica entre campanha eleitoral e delação do assassinato do prefeito. Uma fita, contendo gravação de depoimento visionário do prefeito sobre ameaças que antecederam sua morte, expondo os potenciais culpados, foi exibida no último comício do período eleitoral legal, fechando o circuito da retórica que buscava unificar perda familiar e adesão popular, criando uma espécie de luto coletivo.

O momento das campanhas eleitorais mesclava sentimentos familiares e adesão política como partes de um mesmo enredo. Diferentes expressões de recuperação do *passado* do município eram em tais circunstâncias acionadas, envolvendo a vida pregressa de concorrentes ao pleito municipal, a ancestralidade familiar, as obras etc.

De fato, as campanhas eleitorais efetivadas após a interrupção inesperada da gestão de João Jaime moveram-se sob o prisma da indignação, constituindo circunstância na qual enfatizava-se a ausência do prefeito e recorria-se aos seus *feitos* subitamente interrompidos. Os símbolos de rememoração, acionados durante as primeiras campanhas eleitorais sucessivas à administração de João Jaime, eram emblemáticos. Estavam no traje preto de Magda Gomes, na presença de seguranças que tinham a missão de proteger a família, na celebração do ani-

versário da vítima, nas orações e músicas de sua preferência, freqüentemente declinadas em comícios e reuniões políticas.

Se as facções inscreviam-se no cenário público apresentando suas diferenças, o discurso de oposição, representado nas eleições de 2000, pelos partidos PT e PSB, buscava afirmar-se, atribuindo às facções uma condição de *igualdade* originada do passado familiar comum. As alianças familiares pregressas descredibilizavam, segundo os opositores, uma afirmação de possíveis diferenças que estariam mais justificada por brigas internas do que fundamentadas em propostas antagonônicas de um projeto político para o município.

A relação entre família e política era, de fato, orgânica na história do poder local de Acaraú. A linhagem de João Jaime Ferreira Gomes apresenta, na história do município, um conjunto de relações sociais e políticas que unia a um só tempo os sentidos de vocação, já apontados por Weber: o *viver da política* e *viver para a política*. As regras de articulação política e solidariedade familiar confundiam-se, pois era mediante o suposto da unidade consanguínea que os membros se candidatavam, votavam e construíam alianças políticas mobilizando estratégias de reprodução do poder. Conflitos e acertos posteriores expressavam a dinâmica de processos que almejavam articular as dissidências políticas explícitas ou latentes. É importante mencionar que o avô do prefeito vitimado, coronel José Philomeno Ferreira Gomes, chefe do Executivo municipal em 1936, iniciou uma espécie de linhagem familiar baseada no exercício de cargos políticos repartidos entre parentes de uma mesma geração, reproduzindo um capital simbólico que era transmitido de pai para filho. O prefeito assassinado, João Jaime Ferreira Gomes Filho, por exemplo, representava, nessa genealogia política, a terceira geração de chefes do Executivo municipal, tendo-se em conta que seu avô havia sido prefeito em 1936, deputado constituinte em 1947, pelo PSD, e seu pai prefeito durante três mandatos.⁵

Se as eleições imediatamente posteriores à morte do prefeito caracterizavam-se pela presença mais sutil dos acusados, representados indiretamente em candidaturas de oposição à viúva,

desde o pleito de 2000, os parentes considerados pela ala familiar da viúva mentores intelectuais do crime disputavam a prefeitura de Acaraú. O processo de reconquista do poder municipal dos deputados-primos acusados do crime aconteceu de forma gradativa. Inicialmente foram candidatos vitoriosos à reeleição para deputado federal e estadual apoiando candidaturas de oposição à viúva. Enfrentaram-se também as facções familiares em disputas pela direção do hospital da cidade. Posteriormente, o deputado federal Aníbal Ferreira Gomes concorreu, sem sucesso, com Magda Gomes ao pleito municipal de 2000.

Os confrontos eleitorais diretos traduziam-se em discursos acusatórios e ameaças veladas, mediados fundamentalmente pela justiça eleitoral. “Não esquecer o passado” e evitar o ostracismo político tornaram-se imposição fundamental para a linhagem dos filhos do ex-prefeito, João Jaime. Desafiando os conselhos sobre os riscos de sua candidatura feitos por parentes, Magda e seus filhos, consideravam imperativo, categórico e ponto de honra impedir que os acusados *retornassem* ao poder municipal.

Vale ressaltar que a família de João Jaime construiu sua posição social por meio da acumulação e da repartição de capital político, diferenciando-se da ala da família dos primos que acrescia, à essa condição de representantes políticos, um capital cultural proveniente de formação universitária. Para estes, tratava-se de assegurar os espaços políticos conquistados pela linhagem familiar dos avós. Sem o respaldo da gestão municipal, o circuito de reprodução do poder tornava-se limitado. Sinais de desgaste, a julgar pelas últimas campanhas eleitorais que colocaram Manuel Duca na condição de suplente para deputado estadual, eram evidentes.

Antes da ocorrência do crime é possível identificar diferentes arranjos familiares no tocante ao espaço da participação política, sobretudo no que se refere à ocupação de cargos públicos administrativos. Em um primeiro momento, como já foi mencionado, as discussões internas para decisão sobre as sucessões eleitorais sinalizavam uma negociação atravessada por tensões nem sempre evidentes no âmbito público. A candidatura de João Jaime às elei-

ções municipais de 1996 efetivara-se de forma negociada, sendo o candidato a vice-prefeito uma expressão da conciliação que durou até o momento do assassinato.

É viável considerar, com base nos relatos dos entrevistados, que as desavenças cotidianas da família, quando radicalizadas, dissolviam-se nos momentos eleitorais onde se negociava a repartição dos cargos. “Quando se acabava a política, se acabava a briga”, afirma um dos familiares que freqüentemente assumia o papel de intermediário entre as disputas.

A vigência dos acordos em momentos anteriores, entre parlamentares e prefeito, seguia o caminho das costumeiras articulações entre instâncias do poder, envolvendo apoios, transferências de recursos acordados em compromissos de campanha, conforme competência do cargo do representante.⁶ As relações familiares que dão subsídios às práticas de poder vigentes no município poderiam ser concebidas como expressão de relações diádicas (Landé, 1977), baseadas em favores, obrigações mútuas e acordos políticos. Na situação de Acaraú, o reforço dessas relações efetivava-se por apoios externos e internos ao Estado, alimentando as redes de poder mediante a obtenção de verbas para o município. As esferas municipais de poder eram, assim, consolidadas pela busca de suportes locais, reiterados no plano do governo estadual. O esgotamento desse circuito ficou explicitado na recusa, pelo então prefeito João Jaime, de utilização da verba para obra de dragagem e infra-estrutura, fato narrado por um dos moradores conhecedor da história do município e futuro articulador da campanha do deputado Manuel Duca:

Joãozinho não estava dando apoio ao vice e pensava que, por estar fazendo uma boa administração, seria reeleito lançando seu filho, João Magno, e seu sobrinho, João Jaime Neto (chefe de gabinete do governador), para deputado estadual e federal. O Aníbal tem uma frase que ele gostava muito de repetir: “tem que andar com um farol alto”. Então, acho que os primos anteciparam as coisas e usaram a famosa última arma dos reis.

O momento de explicitação pública e radical do conflito aparece após a morte do prefei-

to, expandindo-se em várias dimensões da vida social, dentro e fora do município. A partir de então, as eleições em Acaraú tornam-se tribuna de enfrentamentos e redefinição do conflito familiar como emblema de campanha. A primeira candidatura da viúva ostenta, nesse sentido, a inscrição das facções no cenário político de Acaraú. A oposição à viúva torna-se, nesse momento, sustentada pela ala familiar dos cunhados indiciados no processo jurídico.

Magda Gomes recebe, em sua primeira candidatura, apoio do governo do Estado através do sobrinho João Jaime Neto, chefe de gabinete e genro do governador à época, Tasso Jereissati. Este suporte não foi suficiente para derrotar os acusados, candidatos a deputado federal e estadual. A acusação difundida nos diversos distritos de Acaraú revelou a intensa disputa, designada sob as rubricas acusatórias de “crime” ou defensivas de “calúnia”. Panfletos e reportagens de jornais traduziam os embates que permeavam as campanhas nessa ocasião.

A vitória eleitoral tornou-se, ao longo das diferentes campanhas, uma questão de *honra familiar* ou continuidade da luta “por outros meios”. *Não deixar os inimigos entrarem* passou a ser a meta da prefeita, transformada em palavra de ordem incitadora de adesão coletiva. Tratava-se, nesse sentido, de uma aspiração, a partir da qual era buscado o apoio dos moradores, reforçada em apelos à paz e tranquilidade de Acaraú. É notório observar que todos os *slogans* posteriores ao assassinato do prefeito João Jaime fazem alusões à paz apresentada como desejo coletivo dos moradores de Acaraú.

A política, em um contexto permeado pela briga intrafamiliar, delimitou espaços polarizados, classificados entre “nós” e “eles”, “um lado” e “outro lado”. Os denominados “em cima do muro” eram vistos como potenciais inimigos. A condição de lados opostos permeou as opções eleitorais baseadas no discurso da fidelidade e da cumplicidade. Os que “não viraram” opunham-se aos que “viraram”, sendo vistos como traidores.

Na pequena cidade de Acaraú, a polaridade distinguia-se do anonimato moderno. Sabia-se quem estava ou deveria estar de algum lado,

fazendo com que a disputa política abarcasse planos amplos e complexos da vida social. Não se votava apenas em um candidato, escolhia-se um circuito complexo de sociabilidades relacionadas ao trabalho, à amizade e à classificação social. O universo simbólico dos conflitos políticos, escrito com sangue, era reavivado no momento das eleições, afirmando-se por retóricas dotadas de fortes acusações mútuas.

A contenda entre os candidatos atravessou por ocasião das campanhas eleitorais várias dimensões. Na vida cotidiana da cidade, estabelecia fronteiras espaciais; nos meios de comunicação, dividia as zonas de influência de cada candidato; no plano jurídico, expressava as acusações mútuas de “irregularidades”, apresentadas pelas partes interessadas. Alusões ao clima radical das disputas presentes em expressões como “aqui a cidade está quente” traduziam o modo como muitas pessoas se referiam à concorrência entre candidaturas configuradas como facções políticas inimigas. A competição, tendo por base uma dinâmica própria de regras e práticas vigentes no momento eleitoral, de fato transfigurava a circularidade de ações e reações, presente em revides típicos de sociedades mediterrâneas (Peristiany, 1974). A palavra feito, ação, era, então, a arma de combate que acionava outro mecanismo alternativo de exclusão.

No caso das eleições de Acaraú, entrava em pauta não só a legitimidade da representação municipal, mas também a opção por uma das facções familiares. Se a polaridade entre candidaturas em municípios de pequeno porte é uma característica constante, acrescenta-se, ao cenário de Acaraú, o ingrediente da tragédia familiar. Os temas da honra e da traição apresentam-se nesse contexto fortemente presentes, definindo expressões simbólicas de conflitos dotados de peculiaridades. Tudo acontece como se a história política do município passasse a ser recontada a partir de um “antes” e “depois” do crime, tornando os candidatos porta-vozes das versões contrastantes.

A disputa entre as facções repete-se no pleito municipal de 2004, desta feita opondo o deputado estadual Manuel Duca, considerado mais implicado na acusação de mandante do crime do que seu irmão concorrente à disputa muni-

principal anterior. Nessa circunstância de confronto mais radical, Magda Gomes apóia um outro candidato, eximindo os filhos da disputa direta com aquele que, segundo ela, havia sido o principal responsável pela morte do marido.

O contexto eleitoral de 2004

Uma rápida explanação do contexto eleitoral de 2004 incluindo a trajetória dos candidatos concorrentes ajuda a compreender o controverso cenário político local.

Os candidatos ao cargo de prefeito de Acaraú, nas eleições de 2004, eram os seguintes: Manuel Duca da Silveira, tradicional político do município, prefeito da cidade durante um mandato e deputado por várias legislaturas, tendo na sede de Acaraú a principal base de seus votos; seu irmão, Aníbal Gomes, que à época era deputado federal, já tendo sido prefeito de Acaraú e enfrentado, em 2000, Magda Gomes na disputa pela gestão do município. Na campanha eleitoral seguinte, em 2004, a esposa de Aníbal Gomes candidata-se à vice-prefeitura na chapa do deputado Manuel Duca, reforçando o circuito das facções familiares em disputa. Mesmo sendo considerada *forasteira*, emergia como coadjuvante importante na promessa de realização de “obras sociais”. A carreira de odontóloga figurava como acréscimo de capital social, situação freqüentemente mencionada em comícios, ocasião na qual o apresentador passava a palavra à *Doutora Rossana*.

O candidato da *prefeita*, Rogério Rios, era comerciante, vereador por uma legislatura e presidente do PSDB no município. Recebia os mesmos apoios dispensados anteriormente à Magda Gomes, advindos do governo do Estado e do deputado estadual pelo PSDB, João Jaime Neto. No âmbito local, tinha também parentes detentores de poder político. Era primo de Dedé Rios, prefeito de Itarema, distrito de Acaraú. Contava ainda com adesão de comerciantes locais e profissionais liberais.

O candidato a vice-prefeito, na chapa de Rogério Rios, ocupara o mesmo cargo na gestão municipal da prefeita Magda Gomes. A população de Acaraú estava dividida entre as duas can-

didaturas com as coligações assim constituídas: Duquinha (Manoel Duca da Silveira Neto) PMDB/PFL – coligação *Unidos para Reconstruir*; Rogério Rios Silveira, PSDB/PP/PPS – coligação *Paz e Progresso para Acaraú*; Gutemberg Francisco Felipe Rocha, apoiado pelo Partido Comunista do Brasil – PC do B, que apesar de ter sua candidatura inscrita, não participou de fato diretamente da campanha.

O PT apoiou a candidatura de Duquinha, justificando que na política “se dá um passo para trás” para se seguir na frente. Tratava-se de um suporte que não expressava consenso do PT estadual, na medida em que setores do PT estiveram envolvidos na denúncia do candidato feita pela Comissão de Direitos Humanos da Assembléia Legislativa de Fortaleza. Tratava-se, portanto, de um apoio concedido sem muita explicitação pública, justificado em entrevista por um dos membros do diretório, por conta da aliança nacional com o partido do candidato de oposição em Acaraú.

Nas eleições municipais de 2004, discursos alusivos à necessidade de “esquecer” o passado e “pensar no que seria melhor para o município” terminaram emergindo como estratégia de campanha. Do lado da prefeita Magda Gomes, que ofereceu apoio político a Rogério Rios (PSDB), o discurso de campanha apontava a necessidade de “mudar os rumos da história de Acaraú”, retirando a família do cenário eleitoral sucessório.

No espaço político oposto, o candidato Manuel Duca (PMDB) ostentava seu “passado” de conhecedor do município, enfatizando “benefícios” já realizados durante seu mandato como deputado estadual e do mandato de seu irmão como deputado federal. Acusações morais eram também imputadas à prefeita, apontada pelos adversários como má administradora e clientelista no uso de verbas e manejo do serviço público. Se a dimensão moral funcionou inicialmente como troféu simbólico acionado pela viúva-prefeita por conta de sua condição de vítima da violência, acusações referentes à primazia de interesses pessoais na gestão de bens públicos relativizava a polaridade construída. Destaca-se, nesse contexto, a perda gradativa de um monopólio moral fortemente acionado nas campanhas eleitorais anteriores.

Uma espécie de apelo ao novo e ultrapassagem da contenda familiar emerge tanto no discurso do candidato apoiado por Magda Gomes, que conclama a “superação de uma etapa da história do Município”, como em parte significativa dos eleitores. Para estes, havia chegado o momento de pensar sobre os benefícios de Acaraú, independentemente da disputa familiar vigente nos últimos tempos, tal como foi mencionado por uma das entrevistadas, membro do Conselho Tutelar do Município: “hoje a população quer saber mais é o que foi feito para o município”.

A idéia de “reconstruir Acaraú”, enfatizada pelo candidato Manuel Duca, tinha como suposto a construção de obras, estradas e fábricas capazes de lançar o município na rota do desenvolvimento, considerado perdido na gestão da prefeita. A promessa era também fundamentada em investimentos feitos no passado, atestando o interesse e o prestígio do pretendente na obtenção de verbas federais. O candidato postulava-se também como alguém que sabia quais eram os interesses do município.

O candidato que conhece a cidade

Com a chamada “Acaraú conhece Duquinha e Duquinha conhece Acaraú,” o candidato pelo PMDB apresentava-se como exemplo de amor à terra, figurado no *slogan* “100% Acaraú”. Obras realizadas no município eram enumeradas em seu discurso, incluindo estradas, mercado, matadouro municipal, implantação de bancos e empreendimentos comerciais. Além de ser *conhecido*, o candidato postulava-se como *conbecedor* dos problemas do município e, portanto, apto a receber apoio de várias categorias: jovens, camponeses, pequenos pescadores, moradores pobres, crianças, adolescentes etc. Os apelos dirigidos a esses segmentos sociais constituíam um contraponto ao candidato apoiado pela prefeita, apresentado como alguém que “só apontava acusações sem propostas concretas para o município”.

O “conhecimento dos problemas da cidade” era sobretudo reforçado pelo capital sim-

bólico do candidato, descrito em vários depoimentos de moradores por sua “popularidade”, conforme pode ser visto na declaração de proprietário de um dos restaurantes considerado mais prestigiado da cidade e freqüentado pelos candidatos concorrentes:

O Duquinha entranhou nele o cheiro do povo. Ele pode até chegar em casa e se lavar com sabão. Você já pensou em se encontrar com um artista da TV e ele vir falar com você? Ou então o cara chegar em casa e a mulher perguntar, onde você estava e ele responder: eu tava ali bebendo com o deputado; o povo se sente gente. Duquinha é profissional. Ele, Duquinha, diz assim, “vem cá baitola⁷ e bebe uma garrafa de cachaça junto com o povo”.

A popularidade do candidato, reforçada em traços culturais considerados próprios do local (beber cachaça em bares, comer panelada e caminhar pelas ruas), constituía um de seus atributos mais evocados, sendo explorado com vigor durante a campanha. Dono de vaquejada, apreciador de esportes radicais como pular de pára-quedas durante eventos políticos, o candidato cultuava uma espécie de carisma presente na articulação entre comportamentos a partir dos quais se tornava “um igual”, impondo porém a diferença hierárquica de benfeitor do município. Sua *coragem*, considerada um traço de personalidade marcante, era interpretada de forma positiva e negativa. A atribuição dessa suposta qualidade convivia com acusações de violência que pontuavam os discursos de opositores.⁸ Também adeptos diziam-se conhecedores de ocorrências pregressas, utilizando geralmente a expressão “dizem” para eximirem-se de opinião incriminatória explícita.

No contexto das campanhas eleitorais o acesso ou a familiaridade com o candidato constitui regra importante de credenciamento popular. Não ser forasteiro e, além do mais, *conbecer* o município entram como sinais de credibilidade e capacidade de gestão. “Ser filho da terra” confere também um tipo de capital simbólico que se opõe a uma suposta *aventura*, geralmente atribuída à intenção de candidatos percebidos como sendo “de fora”. No mesmo sen-

tido, o “retorno ao município” de representantes no plano federal ou estadual é revelador do não-distanciamento do candidato: aquele que “não esqueceu suas origens”. O engano, portanto, associa-se ao desconhecimento. O papel do político, nesse sentido, é inseparável da sua reputação ou capacidade de tecer relações de sociabilidade com seus conterrâneos.

A linguagem dos ressentimentos e as admirações personalizadas distanciam-se da percepção do político como representante de um lugar distanciado de sua pessoa. Eis porque atributos pessoais entram como base de credibilidade, fazendo com que qualidades como simpatia e conhecimento tornem a tônica dos afetos ingrediente necessário à lógica da política. Menos do que preconizar o plano de uma estrutura cultural baseada no “homem cordial” é possível pensar em uma dinâmica política entendida como extensão da família, já enunciada em pesquisas pioneiras realizadas no Brasil (Duarte, 1999; Leal, 1978, entre outros).⁹

O candidato de passado limpo

O candidato Rogério Rios, apoiado pela prefeita Magda Gomes, apresenta-se como alguém de *passado limpo*, fazendo de seu *slogan* uma acusação ao rival. Considerando-se novato na política, foi escolhido como “alternativa para mostrar uma candidatura diferente, não saída “dos meios familiares”. Segundo informações do coordenador da campanha:

Buscou-se essa alternativa e essa foi a visão do deputado João Jaime Neto e da prefeita. A idéia era a de colocar uma pessoa nova, realmente mudar. Uma pessoa jovem, comprometida e que tivesse as raízes fincadas, que morasse aqui no Acaraú. Agora tem esses entraves, o povo não assimila essa transformação do novo, ainda se apegam a conceitos passados.

A campanha de Rogério Rios conclamava a idéia de “novos tempos” a exigir “novas ações”, “nova maneira de administrar” com capacidade ética e “pés fincados no futuro”. A construção

de uma Acaraú “de cara nova” sintetizava-se em ícones presentes em caras de bonecos simulando sorrisos e outros símbolos evocadores de mudanças. Apelos à juventude com a proposta de criação de uma secretaria especial reforçavam-se na proposição de programas sociais capazes de “tirar a cidade do atraso”. Atraso considerado como expressão de uma velha maneira de fazer política com o recurso de formas de persuasão feitas para “enganar o povo”.

Em comícios e reuniões, os discursos dos organizadores sempre versavam sobre as diferenças entre os candidatos. Rogério Rios era apresentado como “homem bom” e “cara legal”, de “passado limpo”, por isso apto a reconstruir a história do município. Era o vereador que não agüentou o (velho) modo de fazer política do município e por isso desistiu de outros mandatos. Postulava-se também como o homem de família virtuoso e detentor de sucesso. Ao contrário, seu opositor Manuel Duca era apresentado como violento, de “passado sujo”.

A disputa entre as facções referia-se fortemente às reputações como balizamento da retórica de campanha. A “biografia” dos feitos imorais incluía a acusação feita pela prefeita de violência dos adversários “em nome de sua família e de outras de Acaraú”. Em revide, era acusada pelo candidato de oposição de corrupção no uso do dinheiro público, com menção feita à “riqueza repentina dos filhos” e à “perseguição aos funcionários” não comungados com sua gestão”. As acusações eram mútuas, efetivadas diretamente pelos candidatos ou pelo uso de “provas”, sob a palavra autorizada do sistema jurídico (processos), depoimentos ou fatos tornados de conhecimento público.

A retórica da denúncia e as referências a uma nova história para Acaraú põem também em cena o tema da eficácia simbólica da memória. Na realidade a lógica da delação pública tinha seus porta-vozes, e esse talvez seja o diferencial desta campanha em relação às precedentes. As acusações feitas em vídeos, programas televisivos e folhetos suprimiam uma autoria da denúncia restrita ao circuito familiar, permitindo o aceno aos “novos tempos”. Esta é a questão tratada a seguir.

A eficácia simbólica da memória e seus limites

As campanhas eleitorais são espaços de construção de memórias. Memórias denunciadas, memória exemplificadas em feitos heróicos que traduzem o momento eleitoral como evocação a sentidos historicamente construídos. Sentidos que também se vinculam a interesses. Uma espécie de genealogia de feitos integra os discursos voltados para a demonstração de que o candidato é apto ao que se propõe.

O ato transferencial de delegação de poderes supõe, nessa perspectiva, a busca de liames históricos entre passado e presente. As eleições afirmam e reiteram candidatos que “expressam a história do município”, representantes que traduzem ou denegam práticas consideradas arcaicas ou inovadoras.

Se uma das formas de explicitação da eficácia simbólica emerge no contexto dos rituais, momento em que palavras não só dizem, mas fazem coisas, as eleições constituem um exemplo paradigmático. Afirmam classificações sociais, crenças e sentidos partilhados como coletivos (Bourdieu, 1996).

O depoimento a seguir é significativo para afirmar a vigência de uma temporalidade política:

Magda está passando o bastão de forma bem desprendida para uma pessoa de fora de seu convívio familiar, de fora de seu grupo político. É claro que ela tem afinidades com o Rogério, mas ela tá apresentando uma pessoa diferenciada de tudo que já foi. Ela poderia estar apresentando o próprio deputado João Jaime, que é seu sobrinho. Ela poderia tá apresentando outras pessoas que dentro do grupo familiar tem total condição de disputar a eleição hoje. Ela tá indicando o Rogério para fazer essa diferença, buscar uma maneira nova de fazer uma administração. Tá na hora da política fazer uma oxigenada, *sair do domínio da família*. A prefeita tem dito que ela não é política. Ela assumiu uma missão porque impuseram isso quando seu marido foi assassinado. Então ela bravamente conduziu isso na mão, conduziu o resto do mandato do marido e foi reeleita. Hoje quer passar esse bastão para uma liderança nova (Entrevista com o coordenador de campanha, outubro de 2004).

A percepção que anuncia o final de um ciclo e o início de outro pode ser entendida como o enfraquecimento da facção política da prefeita, incapaz, nesse momento, de apresentar um candidato da própria família com condições para enfrentar o concorrente. Pode também ser interpretada como uma forma de evitar repetições da tragédia, tendo em vista os ânimos entre familiares estarem sempre em situação latente de conflito radical. Se a memória do assassinato do prefeito continua a ser evocada como denúncia, não se apresenta mais nas eleições de 2004 como emblema principal de campanha. Não é mais sob a ótica da continuidade que a candidata afirma sua plataforma eleitoral. De certo modo, a prefeita afirma sua condição de vítima, mas o faz no cômputo dos papéis familiares. Seu discurso no último comício de Rogério Rios reporta-se a “meu marido João Jaime” sem anunciá-lo como símbolo de um elo transferencial de votos. O corte entre o sentimento familiar e o papel político parece ir sutilmente se delineando.

É nesse contexto que o candidato apoiado pela prefeita convoca a população a superar a história das brigas familiares e construir algo novo. É como candidato “independente” da família que Rogério Rios apresenta sua proposta como chefe do Executivo municipal, eximindo-se também da herança negativa deixada pela administração da prefeita.

Por outro lado, abrir mão da condição de herdeira do prefeito João Jaime não significa “esquecer” a tragédia e abdicar da narrativa acusatória. Esta era parte constitutiva do discurso da prefeita, incapaz, nesse momento, de evitar a *entrada na cidade* da facção rival.

Do ponto de vista da recorrência da denúncia e das costumeiras explicitações de sensibilidade percebe-se, no entanto, que a eficácia rememorativa do assassinato não têm o mesmo poder de antes.

O coordenador da campanha de Rogério Rios queixava-se da maleabilidade das interpretações populares e dos caminhos sinuosos da memória política:

A gente fica até a se questionar sobre aquela afirmação. O povo tem o governo que merece? A

gente tenta mostrar isso e mostra o *curriculum* do candidato. Quais as suas raízes familiares, qual o processo e trabalho deles [...] o povo precisa entender que Acaraú não pode permanecer na mão de quem já se conhece, e se conhece de uma forma ruim, maléfica, que é imputada à morte do prefeito. Essa pessoa se apresenta como candidato, mas já é testado. Matou o prefeito e é acusado desse fato por ter tentado desviar recursos, o prefeito não aceitou e foi eliminado. A gente tá concentrando a campanha em cima disso, mas *infelizmente as pessoas tem uma memória curta*, é preciso, a gente tá sempre dizendo a mesma história. O discurso da prefeita é o de quem está entregando o município, e essa missão ela cumpriu de forma muito briosa, ganhando as duas eleições e entregando o poder. Agora está na mão do povo saber se devolve o município para quem buscou o atraso ou se devolve o município para quem tentou construir uma proposta nova.

Se a solidariedade com a família da vítima traz inicialmente o recurso do apoio popular, posteriormente os eleitores buscam o candidato que trará “os benefícios para o município”. Trata-se de pensar que a construção da denúncia, baseada no argumento da sensibilidade, não teve, no caso dos pleitos eleitorais em Acaraú, os mesmos requisitos de um discurso calcado na noção de clamor pela justiça que cimentou a campanha contra a impunidade em Fortaleza.

A sensibilidade traduzida em apoio eleitoral no município de Acaraú circunda o universo de valores ligados à compaixão e à solidariedade. É importante verificar que mesmo nos momentos imediatos à morte do prefeito os parentes acusados obtiveram vitória eleitoral com apoio de municípios e distritos vizinhos. No circuito da sensibilidade e das trocas simbólicas cunhadas no universo da reciprocidade, a solidariedade cede lugar à “ingratidão” ou ao “esquecimento”. As opções políticas, atravessadas pelo plano da cumplicidade, tornam-se distintas de um modelo racional moderno (Weber). A *traição* passa então a ter sentido em um contexto de lealdades primordiais, caracterizado por opções políticas baseadas em regras de fidelidade.

A retórica das denúncias, os sentidos do “esquecimento” e os apelos à renovação convi-

vem como modelos que trazem subjacente as articulações entre política, família e facções, tal como afirmou um dos entrevistados, apoiador do candidato Manuel Duca:

Aqui um perde, outro cresce. A prefeita não fez nada. O povo não quer mais saber dessa morte, isso é briga de galo grande. O povo não tem mais nada a ver com isso. Nas duas eleições ela ganhou porque o povo tinha aquela sensibilidade [...]. Essa história de sensibilidade não pega mais. As pessoas estão cansadas e se sentem enganadas. Já faz seis anos e elas pensam que está na hora de esquecer. As pessoas mais antigas da família já estão apoiando o Duquinha (Entrevista concedida à autora por um dos articuladores da campanha do candidato Manuel Duca).

Opiniões sobre o assassinato do prefeito como “algo do passado” eram ditas por informantes, tanto para justificar a opção pelo “outro lado”, como para referir-se à necessidade de que o município fosse beneficiado por verbas federais. A idéia de que os *conflitos do passado* diziam respeito a disputas familiares e não deveria se transferir para o terreno da política aparecia claramente nesta constatação: “na briga familiar quem sai perdendo é o município”. Nesse sentido, o reforço à memória e à sensibilidade, como capital simbólico em campanhas eleitorais precedentes, passava a ser substituído pela lógica da promessa de melhorias urbanas. O sobrinho de João Jaime, deputado João Jaime Neto, afirmava em comício que era necessário oxigenar a política, corroborando para a incorporação à campanha de outros enredos circunscritos à idéia de renovação. “Chega de Filomeno”, dizia em um dos comícios do candidato Rogério Rios, realizado em distrito de Acaraú.

Em momentos eleitorais, a eficácia simbólica da memória reside na construção de elos capazes de construir adesões e solidificar credibilidade política. A evocação ao passado vai estar presente na “biografia” de candidatos, na recuperação da “história do município” e nas formas por meio das quais cada candidatura formula sua narrativa eleitoral incorporando feitos, datas e personagens memoráveis. Referências positivas ou negativas ao passado demonstram

o fato de que cada candidato institui sua temporalidade política. “Dar continuidade à gestão”, como foi o caso de Magda Gomes em seu primeiro *slogan* de campanha, propor rupturas ou referir-se aos tempos memoráveis do município, conforme o discurso do candidato Manuel Duca, constituem exemplos de referência à “história de Acaraú”. Os feitos memoráveis são fontes importantes de legitimação, na medida em que as palavras de ordem não supõem apenas a afirmação de um dos lados da disputa, mas justificam crenças que incidem sobre a escolha de representantes.

Na elaboração da “história do município” cada candidato explica uma versão acompanhada de sua inserção como protagonista. Os comícios são repletos de alusões referentes à ancestralidade, seja partidária, familiar ou expressiva de crenças coletivas historicamente construídas, evocadoras de mitos (Girardet, 1987).

Pensar a memória como emblema político supõe a possibilidade de analisar possíveis usos de construção de narrativas baseadas no passado. Michel Pollack (1989) esclarece, baseado na pesquisa sobre os judeus, que a memória não é um conjunto uniforme e compacto de lembranças, incorporando disputas, busca de legitimidade e reconhecimento. A noção de usos emblemáticos da memória, que pode ser pensada no universo de campanhas eleitorais, diz respeito à construção de processos de legitimação.

A própria memória é seletiva na designação do que é “necessário lembrar” ou “precisa ser esquecido” no sentido de instituir credibilidade. A dimensão seletiva da memória, antes de estar associada a um sentido de deturpação, ou perda de autenticidade, supõe que ela não se separa de processos sociais e práticas efetivadas por agentes ou porta-vozes. No âmbito dessa assertiva, a memória é fundamentalmente política. As memórias (e é importante pensá-las no plural) afirmam grupos, identidades e denegam outros pela omissão.

A memória também associa-se ao esquecimento. Desde Halbwachs (2004), sabemos que processos mentais de rememoração são seletivos e dependentes de interações e sentidos coletivamente construídos. No contexto dos sistemas sociais, a memória atravessa circuitos complexos que se articulam a legitimações.¹⁰

A conversão do discurso de campanha em um “sentir junto” não supôs, nas campanhas eleitorais em Acaraú, um esquema montado de encenação do sentimento de perda, uma vez que havia uma tragédia real a ser equacionada. A eficácia dessa memória agonística cumpriu, no passado, a dupla função de realizar a “guerra simbólica justa” e obter a vitória eleitoral, transformando interesses familiares em valores morais capazes de promover adesões coletivas. A construção do “esquecimento” é, na realidade, a representação imaginária de uma separação entre briga familiar e futuro do município.

As disputas eleitorais de 2004 em Acaraú, conforme as reflexões apontadas nesse artigo, promoveram outros planos e estratégias de elaboração da memória, cujos limites estão condicionados às possibilidades de reprodução de facções no poder local.

Notas

- 1 O assassinato do prefeito de Acaraú, município localizado a 250 km de Fortaleza, teve ampla repercussão na imprensa, implicando um processo jurídico com envolvimento dos parentes da vítima. Os primos Amadeu Ferreira Gomes, vice-prefeito, o deputado estadual Manuel Duca da Silveira e o deputado federal Aníbal Ferreira Gomes foram indiciados como mandantes do crime, ainda em processo de julgamento.
- 2 Ver Barreira (2001).
- 3 Para uma reflexão sobre as campanhas eleitorais municipais ocorridas imediatamente após a morte do prefeito, ver Barreira (2006).
- 4 Nas eleições municipais de 2000 apresentaram-se como candidatos Magda Nascimento Gomes, da coligação PSD, PSDB, PPB, o deputado federal Aníbal Ferreira Gomes, da coligação PMDB/PFL, e o vereador Paulo Rocha, candidato pela coligação PSB/PT. Desde esse momento, as facções familiares passaram a se enfrentar de forma direta.
- 5 Para se ter uma idéia da genealogia política da família Ferreira Gomes, é importante mencionar que, dos seis filhos homens do cel. José Philomeno, quatro exerceram cargos na Câmara de Vereadores de Acaraú, na prefeitura e na Assembléia Legislativa (cf. Ferreira Gomes, 1987).

- 6 Sobre a transferência de recursos baseada na criação de compromissos, ver Bezerra (1995).
- 7 Vocábulo popular cearense referente a homossexual do sexo masculino.
- 8 Versões polêmicas sobre a carreira política de Manuel Duca não se restringiam ao circuito local. O deputado estadual foi apontado na revista *Veja* de 15/8/2004 como exemplo de candidatos processados que podiam legalmente se eleger e dar continuidade à sua legislatura. Folhetos ou cordel apócrifo contando a “verdadeira história do deputado”, distribuídos durante a campanha de Rogério Rios, buscaram desfazer a imagem de popularidade, comprovando o plano das disputas morais que atravessam o contexto eleitoral de Acaraú.
- 9 Uma reflexão de teor mais amplo sobre a dimensão personalizada da expressão política pode ser encontrada em Sennet (1999).
- 10 Uma discussão sobre o papel da memória como elemento de construção da vida social encontra-se em Connerton (1966). Na perspectiva desse autor, a memória consolida símbolos e ícones culturais.

BIBLIOGRAFIA

- BARREIRA, Irllys. (2001), “Política, memória e espaço público: a via dos sentimentos”, *RBCS*, 46, São Paulo, Anpocs.
- _____. (2006), *Campanhas em família, as veias abertas da disputa eleitoral*. Rio de Janeiro, Relume Dumará.
- BEZERRA, Marcos Otávio. (1995), *Corrupção, um estudo sobre poder público e relações pessoais no Brasil*. Rio de Janeiro, Relume Dumará.
- BOLTANSKI, Luc; DARRÉ, Yann & SCHILTZ, Marie-Ange. (1984), “La denonciation”, *Actes de la recherche en sciences sociales*, Paris, Maison de Sciences de l’Homme/Minuit.
- BOURDIEU, Pierre. (1996), *A economia das trocas lingüísticas*. Edusp, São Paulo.
- CONNERTON, Paul. (1966). *Como as sociedades recordam*. Oeiras, Portugal, Celta.
- DUARTE, Nestor. (1939), *A ordem privada e a organização política nacional*. 2 ed. São Paulo, Companhia Editora Nacional.
- FERREIRA GOMES, Francisco José. (1987), *Centenário do nascimento dos meus avós*. Fortaleza, Gráfica e Editora Ramos.
- GIRARDET, Raoul. (1987), *Mitos e mitologias políticas*. São Paulo, Companhia das Letras.
- HALBWCHS, Maurice. (2004), *A memória coletiva*. São Paulo, Centauro.
- LANDÉ, Carl H. (1977), “The dyadic basis of clientelism”, in W. Schmidt Steffen *et al.* (eds), *Friends, followers and factions in political clientelism*, Berkeley, University of California Press.
- LEAL, Victor Nunes. (1978), *Coronelismo, enxada e voto*. 4 ed. São Paulo, Alfa-Omega.
- PERISTIANY, J. G. (1974), *Honra e vergonha: valores das sociedades mediterrânicas*. Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian.
- POLLACK, Michael. (1989), “Memória, esquecimento, silêncio”. *Estudos Históricos*, 2 (3): 3-15, Rio de Janeiro.
- SENNET, Richard. (1999), *O declínio do homem público: as tiranias da intimidade*. São Paulo, Companhia das Letras.
- TURNER, Victor. (1974), *O processo ritual, estrutura e antiestrutura*. Petrópolis, Vozes.

A EFICÁCIA SIMBÓLICA DA MEMÓRIA E SEUS LIMITES

Irllys Barreira

Palavras-chave: Eficácia simbólica; Família; Campanha eleitoral; Memória.

Este texto aborda, com base numa análise sobre conflitos familiares e disputas políticas em um município cearense, os diferentes usos da memória como forma de afirmação de facções no cenário de campanhas eleitorais. Após o assassinato do prefeito, a comemoração do crime serviu de referência para várias campanhas eleitorais, incluindo também movimentos de natureza jurídica, nos quais a divisão entre vítimas e culpados era recuperada. Nas últimas eleições, discursos alusivos à necessidade de “esquecer” o passado e “pensar no que seria melhor para o município” terminou prevalecendo, dando vitória aos parentes acusados da morte do prefeito ocorrida em 1998. Com base no acompanhamento da situação política do município de Acaraú, exploramos o tema da conversão da memória em emblema político, verificando os limites de sua eficácia simbólica e a (re)significação mais recente do “passado”.

THE SYMBOLIC EFFECTIVENESS OF MEMORY AND ITS LIMITS

Irllys Barreira

Keywords: Symbolic effectiveness; Family; Electoral campaign; Memory.

This paper evaluates, based on an analysis of family feuds and political dispute occurring in a county in the State of Ceara, different uses of memory as an affirmative tool by factions involved in election campaigns. After the mayor's assassination, the recollection of the crime served as reference to several election campaigns, including actions of a juridical nature by means of which the split between victims and culprits was recovered. In the last election, speeches with reference to the need of “forgetting” the past and “thinking about what would be better for the county” prevailed and led to the victory of some relatives of the accused of the mayor's death in 1998. Based on an assessment of the political situation in the county of Acaraú, this paper approaches the issue of converting memory to political emblem, asserting the limits of its symbolic effectiveness and the latest (re)signifying of the “past.”

L'EFFICACITÉ SYMBOLIQUE DE LA MÉMOIRE ET SES LIMITES

Irllys Barreira

Mots-clés: Efficacité symbolique; Famille; Campagne électorale; Mémoire.

Basée sur une analyse des conflits familiaux et des rivalités politiques dans diverses municipalités du Ceará, ce texte aborde les différents usages de la mémoire comme forme d'affirmation des factions au sein du scénario des campagnes électorales. Le souvenir du meurtre du maire de la ville d'Acaraú a servi de référence à diverses campagnes électorales, incluant, également, des mouvements de nature juridique au sein desquels la division entre victimes et coupables était récupérée. Au cours des dernières élections, les discours faisant allusion à la nécessité “d'oublier” le passé et de penser à ce qui serait le mieux pour la municipalité a fini par prévaloir, donnant la victoire aux parents de ceux accusés du meurtre du maire, en 1998. Basée sur le suivi de la politique dans la ville d'Acaraú, cet article explore le thème de la conversion de la mémoire en emblème politique vérifiant les limites de son efficacité symbolique et la (re)signification la plus récente du “passé”.